



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de Agosto de 2011

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Grupo de trabalho 06:

Transformações, continuidades e dilemas da sociedade cabo-verdiana contemporânea

Comunicação:

Crescimento económico, desigualdade e pobreza em Cabo Verde: algumas implicações de política

Autor:

João Estêvão

(CEsA/ISEG)

jestevao@iseg.utl.pt

(Texto provisório e incompleto)

Desde a sua independência, em 1975, Cabo Verde realizou progressos importantes no seu percurso de desenvolvimento, mas continua a defrontar alguns constrangimentos importantes, entre os quais, o nível elevado de desemprego da população activa e a desigualdade na distribuição do rendimento. Com um elevado grau de desigualdade na distribuição do rendimento e com um nível de desemprego estrutural também elevado, é natural que a situação de pobreza continue a ser muito grave em Cabo Verde. E estas três dimensões estão profundamente interligadas, na medida em que o crescimento do desemprego aumenta a desigualdade e este aumento tende a reduzir o impacte do crescimento económico sobre a redução da pobreza. Na base desses constrangimentos estão as dificuldades em fazer do investimento o verdadeiro motor do crescimento económico e em realizar as modificações estruturais necessárias para sustentar a



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

dinâmica de crescimento. E as políticas de desenvolvimento construídas nas duas últimas décadas não revelaram eficácia suficiente para conduzir à superação desses constrangimentos.

Esta comunicação parte de uma leitura do processo de desenvolvimento da economia cabo-verdiana, desde o início da década de 1980, para depois identificar as características do seu modelo de crescimento económico e introduzir as questões da desigualdade e da pobreza. Procura, neste quadro, responder a questões fundamentais, como as principais causas do crescimento da desigualdade, o impacto dos fluxos externos sobre a sua dinâmica e os factores que tendem a atenuar os seus efeitos, bem como o modo como a própria desigualdade se reflecte no percurso de desenvolvimento e de mudança em Cabo Verde. O progresso na compreensão destes fenómenos é de extrema importância, em particular, pelas implicações que se podem deduzir em relação ao papel das políticas públicas perante a desigualdade e a pobreza, tendo em atenção os perigos que estas colocam em termos de coesão social, estabilidade política e sustentabilidade do próprio processo de crescimento económico. Por outro lado, a comunicação é desenvolvida tomando como quadro de referência comparativa o percurso de economias semelhantes, corporizado numa amostra de pequenas economias insulares extraídas de vários contextos oceânicos.

A primeira secção faz um balanço dos progressos registados em Cabo Verde, entre 1982 e 2008, e dos principais constrangimentos que continuam a limitar o seu desenvolvimento. A segunda secção introduz uma breve leitura do crescimento da economia cabo-verdiana, procurando captar eventuais modificações operadas ao longo das duas últimas décadas e o seu significado em termos da dinâmica do desenvolvimento económico. E a terceira secção desenvolve as questões da desigualdade e pobreza, com um suporte de análise comparada, procurando deduzir um conjunto de implicações de política pública, posteriormente sintetizadas em notas conclusivas.

Progressos e constrangimentos do desenvolvimento cabo-verdiano desde 1982



Observando globalmente o período compreendido entre 1982 e 2008¹, verifica-se que uma característica significativa é, sem dúvida, o ritmo de crescimento do produto e a progressão sustentada do rendimento por habitante. O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu rapidamente, alcançando em 2008 um valor corrente (1.531,4 milhões de dólares) mais de sete vezes superior ao de 1986 (213,5 milhões)². Considerando valores a preços constantes de 2000 (World Bank 2010), o PIB cresceu entre 1982 e 2008 a uma taxa média anual de 5,8%, o que teve um impacto muito importante no crescimento do produto por habitante. Como, durante o mesmo período, a população residente no arquipélago cresceu a uma taxa mais baixa, de 2,0%, significa que o PIB por habitante cresceu a uma taxa média anual de 3,8%, superior à da população, donde um crescimento sustentado do produto por habitante. Considerando, ainda, os saldos líquidos do exterior, o Rendimento Nacional Bruto (RNB)³ per capita do arquipélago cresceu de 880 dólares em 1988 para 2.830 em 2008, o que coloca Cabo Verde entre os países de rendimento médio inferior, segundo a classificação do Banco Mundial⁴. Em 2009, o valor do RNB era de 3.010 dólares por habitante.

Esta evolução do rendimento teve reflexos importantes sobre a qualidade de vida no arquipélago. O Quadro 1 contém um conjunto de indicadores que nos permitem verificar que os padrões de vida alcançados em Cabo Verde estão relativamente próximos dos valores médios observados para o conjunto dos países de rendimento médio inferior (PRMI). Do ponto de vista do rendimento, a situação cabo-verdiana é melhor, com um RNB por habitante de 2.830 dólares em 2008, bastante superior à média de 2.039 dólares dos países do seu grupo de rendimento. Contudo, e numa perspectiva de longa duração, é bem clara a tendência de menor crescimento do rendimento per capita em Cabo Verde nas duas últimas décadas: se em 1988 o valor médio dos PRMI era cerca de metade, em 2008, esse valor representava cerca de dois

¹ 2008 é o último ano para o qual estão disponíveis todas as informações estatísticas necessárias. Contudo, sempre que possível, faremos referências aos últimos dados disponíveis, quer nas fontes cabo-verdianas, quer nas bases de dados do Banco Mundial.

² As referências a dólares correspondem sempre à moeda dos Estados Unidos da América.

³ Rendimento nacional bruto é a designação actualmente utilizada pelo Banco Mundial, em substituição do tradicional produto nacional bruto (Cf., por exemplo, World Bank 2010).

⁴ O Banco Mundial classifica os países de acordo com os seus níveis de rendimento, considerando quatro grupos: países de rendimento baixo, rendimento médio inferior, rendimento médio superior e de rendimento elevado. De acordo com os valores do RNB per capita de 2008, a classificação fica assim estabelecida: rendimento baixo, 975 dólares ou menos; rendimento médio inferior, entre 976 e 3.855 dólares; rendimento médio superior, entre 3.856 e 11.905 dólares; e rendimento elevado, 11.906 dólares ou mais (World Bank 2010).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

terços do rendimento por habitante cabo-verdiano, correspondendo a uma taxa de crescimento média anual de 7,4%, contra a taxa de 5,8% observada no arquipélago.

Quadro 1: Indicadores de qualidade de vida da população em 2008

	Cabo Verde	Países de rendimento médio inferior
Rendimento nacional bruto per capita (<i>dólares</i>)	2.830	2.039
Esperança de vida à nascença (<i>anos</i>)	71	68
Mortalidade infantil (<i>por 1.000 nados-vivos</i>)	23	36
Acesso a fonte de água melhorada (<i>% da população; 2002</i>)	84	86
Taxa de analfabetismo (<i>% da população com 15 anos e mais</i>)	16	17
Escolarização primária bruta (<i>% da população em idade escolar</i>)	101	109
Escolarização primária líquida (<i>% da população em idade escolar primária</i>)	92	87
Índice de desenvolvimento humano (IDH) ^a	0,534	0,584 ^b

a. Valores de 2010. Estes valores do IDH resultam do novo processo de cálculo introduzido no Relatório de Desenvolvimento Humano 2010.

b. Valor médio para os países de rendimento médio inferior, segundo a classificação do Banco Mundial. O cálculo da média apenas considerou 46 dos 54 países que integravam o grupo em 2008, aqueles que tinham valores de IDH calculados pelo PNUD.

Fontes: World Bank (2010); UNDP (2010).

Os três indicadores seguintes reflectem a qualidade de vida das populações, sobretudo numa perspectiva de saúde e longevidade. Neste campo, a situação cabo-verdiana também é melhor que a média dos PRMI e corresponde a uma melhoria evidente observada nas últimas décadas. A longevidade é considerada como um óptimo indicador das condições de saúde, devido, em particular, ao seu elevado grau de sintetismo dos progressos observados na qualidade de vida. A esperança de vida à nascença em Cabo Verde era de 71 anos em 2008, mais 3 anos que o valor médio do



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

conjunto de países de referência, representando uma evolução significativa desde 1982: um aumento de quase 9 anos na duração média de vida da população, passando de 62,5 para 71 anos. A mortalidade infantil constitui outro bom indicador de saúde, na medida em que reflecte as condições de vida e de acessibilidade aos cuidados de saúde num período extremamente sensível, que é o primeiro ano de vida. As melhorias sustentadas nessas condições são traduzidas rapidamente no declínio da taxa de mortalidade infantil, como aconteceu em Cabo Verde nas últimas décadas: de uma taxa da ordem dos 61 por mil nados-vivos, em 1980, verificou-se uma quebra significativa, passando para 45 em 1990 e para 23 por mil em 2008. E o resultado actual é bem melhor do que a média de 36 por mil observada nos PRMI, com um valor. O acesso a água potável em condições adequadas de consumo é um indicador muito importante das condições de vida, dados os seus efeitos sobre a saúde das populações, em particular, nos primeiros anos de vida. O acesso a água potável a partir de fontes melhoradas⁵ tem registado progressos importantes em Cabo Verde, tendo passado de 74% em 2000 para cerca de 84% em 2008, um valor já praticamente igual à média do grupo.

Os três últimos indicadores são do campo educacional e dão-nos informações importantes sobre a aquisição de conhecimento a um nível ainda elementar, mas fundamental do ponto de vista da transformação da qualidade e das condições de vida dos indivíduos. Este é um dos campos onde o progresso cabo-verdiano das últimas décadas é evidente. A taxa de analfabetismo está ligeiramente abaixo da média dos países do mesmo grupo de rendimento, o que reflecte um progresso muito significativo: de uma taxa de 46,6% em 1982 (26,2% para o grupo), o arquipélago passou para 36,2% em 1990 e 15,9% em 2008, ou seja, em duas décadas e meia caiu do dobro da taxa de analfabetismo média dos países de rendimento médio inferior para um valor ligeiramente abaixo. Mas o que evidencia claramente o progresso cabo-verdiano é a quase realização da educação primária universal (escolarização líquida de 91,8% em 2008), uma das metas do milénio que a ONU espera poder ser alcançada pela generalidade dos países em 2015.

⁵ O acesso a fontes de água melhoradas é medido pela “proporção da população com acesso razoável a qualquer um dos tipos seguintes de abastecimento de água potável: água canalizada, torneira pública, poço com bomba, depósito protegido, nascente protegida, ou água da chuva. O *acesso razoável* é definido como a disponibilidade de pelo menos 20 litros por pessoa e dia, a partir de uma fonte no espaço de um quilómetro da habitação do utilizador” (UNDP 2009: 371).



O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), publicado anualmente pelo Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), dá-nos também esta imagem de progresso realizado pelo arquipélago. O IDH é um indicador sintético, relativamente simples na sua construção, mas extremamente útil em termos de análise comparativa, cuja integração de informações relativas à longevidade, aquisição de conhecimento e rendimento permite uma visão multidimensional dos progressos relativos de cada país. Observando os dados publicados pelo PNUD, podemos verificar que a tendência do IDH em Cabo Verde é de melhoria significativa, progredindo de um valor igual a 0,593 em 1985, para 0,628 em 1990, 0,711 em 2000 e 0,722 em 2004, segundo o antigo processo de cálculo⁶. Se considerarmos o novo processo de cálculo introduzido no Relatório de 2010, o IDH de Cabo Verde passou de 0,500 em 2000 para 0,519 em 2005 e 0,534 em 2010. Isto quer dizer que o país observou, desde 1985, um progresso sustentado e num quadro de desenvolvimento humano médio, ainda que abaixo da média calculada para os países de rendimento médio inferior (0,584 em 2010)⁷.

Contudo, o crescimento da economia cabo-verdiana revela alguns constrangimentos importantes, entre os quais, a desigualdade na distribuição do rendimento. Um método muito utilizado para captar, de forma simples, o grau de desigualdade do rendimento é o índice de Gini⁸. O *Inquérito às Despesas e Receitas das Famílias 2001-2002*, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) em 2004, apresenta um índice de Gini para Cabo Verde igual a 0,57, o que quer dizer que a desigualdade cresceu em relação a 1988-1989, altura em que o Inquérito para esse período apresentava um índice igual a 0,43. Em termos comparativos, o valor de Cabo Verde encontra-se acima do valor médio (0,43) dos países de rendimento médio inferior

⁶ Em todas as suas edições anuais, desde 1990, o *Relatório de Desenvolvimento Humano* do PNUD inclui, em notas técnicas, a explicação da natureza e do processo de cálculo do IDH. Para estes valores, calculados ao longo do tempo, ver UNDP (2006). Em 2010, foi introduzido um novo processo de cálculo e reconstruída a série histórica dos valores do IDH, permitindo a sua comparação no tempo (UNDP 2010).

⁷ O PNUD também utiliza uma classificação de países, baseada nos seus cálculos do IDH. Com o novo processo de cálculo, passou a considerar quatro grupos de países, com base nos quartis em que estes se encontram: países de desenvolvimento humano muito elevado, quando o IDH se encontra no quartil superior (maior que 75 percentis); desenvolvimento humano elevado, quando o IDH se encontra entre 51-75 percentis; desenvolvimento humano médio, entre 26-50 percentis; e desenvolvimento humano baixo, quando o IDH se encontra no quartil inferior (menor ou igual a 25 percentis). Ver UNDP (2010).

⁸ O índice de Gini mede os desvios em relação a uma situação de perfeita igualdade, ou seja, em que não existem assimetrias na distribuição do rendimento. O valor do índice varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 0 estiver o valor observado, menor será o grau de desigualdade de rendimento no país (0 corresponde à igualdade perfeita) e quanto mais próximo de 1, maior será o grau de desigualdade.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

com dados disponíveis⁹, situação comparável à de países da América Latina habitualmente considerados como países de elevado grau de desigualdade, como o Brasil (0,59), Paraguai (0,59), ou Colômbia (0,58), e de países da África Subsariana, como a África do Sul (0,59), ou a Suazilândia (0,61). Em termos de parcelas do rendimento distribuído, o INE indica que em 2001-2002 os 10% mais pobres da população apenas detinham 1% do rendimento, enquanto os 10% mais ricos chegavam aos 47%, o que é muito ilustrativo do grau de concentração do rendimento em Cabo Verde.

Outro constrangimento importante é o nível de desemprego da população activa, que se tem situado a um nível permanentemente elevado. Várias estimativas oficiais apontam para uma taxa de desemprego entre 25% e 30% ao longo das décadas de 1980 e de 1990¹⁰. Segundo os dados do Observatório de Migrações e Emprego do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), publicados nos relatórios anuais do Banco de Cabo Verde, a taxa de desemprego era de 30,4% em 1998 e 30,8% em 1999, caindo significativamente nos anos de 2000 a 2002. A taxa de desemprego atingiu, então, os valores de 21,0% em 2001 e 16,2% em 2002. São claramente mais baixos, ainda que o nível de desemprego continue a ser bastante elevado. Segundo os cálculos do Banco, a evolução da taxa de desemprego global nesses anos foi muito semelhante à da taxa de desemprego na construção, o que parece mostrar que foram as grandes obras públicas (saneamento na cidade da Praia, remodelação do aeroporto do Sal, etc.) as principais responsáveis pela queda da taxa de desemprego (BCV, 2004). De acordo com os Inquéritos do IEFP de 2006 e 2008, os últimos disponíveis, o desemprego na segunda metade da década situava-se em níveis sensivelmente idênticos, com uma taxa de 18,3% em 2006 e de 17,8% em 2008.

Com um elevado grau de desigualdade na distribuição do rendimento e com um nível de desemprego estrutural também elevado, é natural que a situação de pobreza continue a ser muito grave em Cabo Verde. O *Inquérito às Despesas e Receitas das*

⁹ O cálculo da média apenas considerou 37 dos 54 países que integravam o grupo de rendimento médio inferior em 2004, aqueles que tinham valores do índice de Gini publicados pelo Banco Mundial (World Bank 2006).

¹⁰ As estatísticas do mercado de trabalho em Cabo Verde continuam a ser muito deficientes. Em 1993, foi criado o Observatório de Migrações e Emprego, com o objectivo de produzir estatísticas sobre o mercado de emprego e de elaborar indicadores de apoio à tomada de decisão. O primeiro inquérito só foi realizado no quarto trimestre de 1995 e apenas na Praia e no Mindelo. Os inquéritos seguintes foram realizados entre 1996 e 2003. Em Outubro de 2005 decorreu um novo inquérito semestral, realizado conjuntamente pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional e pelo Instituto Nacional de Estatística. Os últimos inquéritos disponíveis são de 2006 e 2008.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Famílias 2001-2002 (IDRF) estima que 37% da população são pobres e que 20% são muito pobres. Em termos de agregados familiares, o Inquérito estima que 28% das famílias são pobres e que 14% são muito pobres. Cruzando com a população activa, o IDRF conclui que cerca de um terço da população activa é pobre e que “a grande maioria (81%) dos indivíduos habitualmente empregados e 76% dos indivíduos pobres habitualmente empregados trabalhavam a tempo completo, pelo que os baixos salários são de facto um fenómeno de massa e não apenas ocorrências pontuais em determinados sectores” (INE 2004a: 3).

Uma consequência do nível elevado de pobreza é a pressão para a migração interna. Os dados apontam para um elevado ritmo de crescimento da população urbana, num processo muito semelhante ao que aconteceu em grande parte do mundo em desenvolvimento. Segundo os dados publicados pelo Banco Mundial (World Bank 2010), a população urbana em Cabo Verde cresceu, entre 1982 e 2008, a um ritmo de 5,1% ao ano, de tal forma que o seu peso mais do que triplicou durante esse período: de 26,7% da população total em 1982, passou para 46,0% em 1992, para 55,0% em 2002 e 61,8% em 2008. O Censo 2010 mostra que a população urbana em Cabo Verde é hoje de 61,8% da população residente. E a pressão da pobreza continua a existir, já que, de acordo com os dados do IDRF, “a pobreza continua a incidir de forma mais vincada no meio rural” (INE 2004a: 3): os resultados revelam que 51% da população rural é pobre e que 62% dos pobres vivem nos meios rurais. Aliás, a pobreza é muito elevada nas principais ilhas agrícolas do país, afectando 54,2% da população de Santo Antão, 49,1% da população de Santiago que reside fora da cidade da Praia e 42,1% do Fogo.

Todo este quadro revelou-se propício para o desenvolvimento da informalidade na economia cabo-verdiana, evidenciando, ao mesmo tempo, as dificuldades da economia formal. De facto, verificou-se a combinação de um conjunto de movimentos que se traduziram na criação de condições para a expansão da economia informal: crescimento da população acompanhada por decréscimo do fluxo de emigração; desagregação acelerada das estruturas rurais e crescimento da pobreza; construção rápida de uma economia urbana, sobretudo a partir de 1982-1983. Tudo isto conduziu à intensificação da concentração urbana e, simultaneamente, à criação de uma população urbana excedente. Estamos perante uma modalidade de informalização essencialmente marcada por *estratégias de sobrevivência* de indivíduos que não conseguem encontrar outra



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

alternativa no mercado formal de trabalho. Segundo o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), esta informalização atinge uma dimensão considerável em Cabo Verde, estimado em cerca de 40% em 1996 (IEFP 1997a) e 36,8% em 2000 (IEFP 2003).

O Inquérito ao Sector Informal realizado pelo IEFP, ainda que localizado e limitado no tempo, dá-nos uma imagem do que poderá ser a dimensão da informalidade em Cabo Verde¹¹. Alguns elementos dessa imagem são relevantes aqui: a) forte concentração da economia informal nas cidades da Praia e do Mindelo que, em conjunto, representavam quase 80% do total em 1997; b) peso elevado das actividades de comércio (“comércio” e “estabelecimentos de bebidas”) e de “serviços”, com valores à volta dos 80% nos principais centros urbanos; c) peso elevado dos proprietários que indicaram como razões para a criação de uma actividade informal o problema do emprego (46,8%) e a necessidade de “ganhar mais” (42,6%). Estes elementos mostram-nos que a informalidade na economia cabo-verdiana está inteiramente ligada à concentração de população excedente nas duas principais cidades do arquipélago; que a criação de actividades informais tem como objectivo imediato a sobrevivência dos indivíduos, ou das famílias, o que explica a opção por actividades de mais fácil acesso e estabelecimento; e que as principais razões para a adopção de uma estratégia informal são a escassez de emprego e o baixo nível dos salários na economia formal. Ou seja, a dimensão da informalidade é uma consequência lógica dos constrangimentos do crescimento da economia cabo-verdiana, nomeadamente, do elevado nível de desigualdade na distribuição do rendimento, da fraca capacidade de criação de emprego e do elevado nível da pobreza.

Crescimento e mudança na economia cabo-verdiana desde 2002

Como vimos na secção anterior, Cabo Verde mostra realizações importantes no seu desenvolvimento, mas continua a defrontar constrangimentos estruturais que limitam o alcance desse percurso, nomeadamente no que se refere à erradicação da pobreza. Na base desses constrangimentos estão as dificuldades em fazer do

¹¹ O Inquérito ao Sector Informal foi realizado pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional de Cabo Verde no terceiro trimestre de 1997 (IEFP 1997b). Para uma leitura dos resultados, consultar, por exemplo, Estêvão e Ferreira (2000).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

investimento o verdadeiro motor do crescimento económico e em realizar as modificações estruturais necessárias para sustentar a dinâmica de crescimento. E estas são duas dimensões importantes do desenvolvimento económico, de cuja inter-relação resulta, ou não, a possibilidade de gerar um círculo virtuoso de crescimento e desenvolvimento. Vejamos, então, como evoluíram as principais estruturas da economia cabo-verdiana entre 1986 e 2008.

As transformações estruturais na oferta e utilização de recursos são características dominantes do padrão de desenvolvimento das economias, com as quais se podem relacionar todos os outros tipos de modificações. Trata-se de transformações nas estruturas da oferta, da procura interna e do comércio externo, conjuntamente com as transformações na utilização de factores produtivos. Vários estudos empíricos permitiram identificar padrões tipo de mudanças estruturais que caracterizam os percursos do desenvolvimento económico na longa duração¹². Com base em alguns elementos dos padrões de transformação da oferta, procura e comércio externo, vejamos como tem sido o percurso da economia cabo-verdiana desde meados da década de 1980.

Do lado da procura interna (estrutura da despesa), a principal modificação estrutural esperada no processo de desenvolvimento económico é a substituição progressiva do consumo privado pelo investimento, ou seja, a diminuição do peso do consumo na estrutura da procura à medida que cresce o produto interno bruto. Isto quer dizer que a economia está a afectar recursos crescentes ao investimento, em detrimento do consumo presente, o que constitui uma opção indispensável para sustentar o crescimento do produto e do rendimento por habitante. Ora, se observarmos o comportamento da economia cabo-verdiana durante o período de 1986-2008, como descrito no Gráfico 1, esta mudança só se torna evidente a partir de 2003. Até então, verificaram-se flutuações na estrutura da procura, mas com uma tendência de estabilidade na longa duração, já que o declínio do peso do consumo privado e o crescimento do peso do investimento são ambos muito suaves.

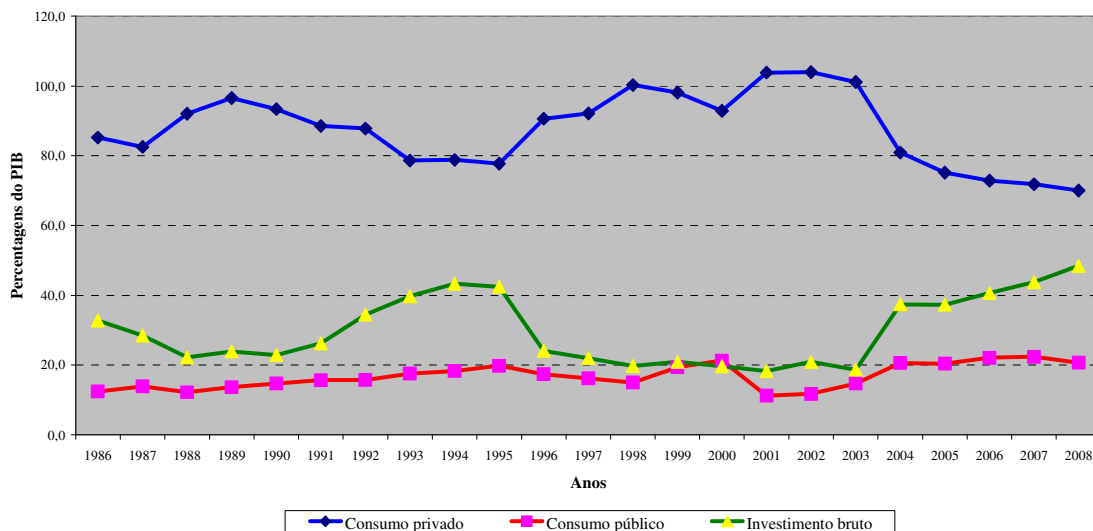
O consumo público mostra uma relativa estabilidade, próximo dos 20% do PIB e com uma tendência de crescimento muito suave, o que é compatível com o padrão

¹² A partir dos trabalhos pioneiros de Colin Clark, Arthur Lewis e Simon Kuznets, entre outros, desenvolveu-se uma tradição de estudos empíricos muito importante para a compreensão dos percursos do desenvolvimento económico. Mas foi com Hollis Chenery e seus co-autores que, no quadro de um programa de investigação do Banco Mundial iniciado em meados dos anos de 1970, se desenvolveram os principais trabalhos sobre a transição económica nos países em desenvolvimento. Ver, por exemplo Chenery (1979).



esperado e reflecte a importância da despesa pública no processo de desenvolvimento. O consumo privado mantém um peso extremamente elevado, oscilando em torno dos 88% do PIB, o que não corresponde ao comportamento tipo esperado. Contudo, registou-se uma quebra significativa a partir de 2004, alcançando-se valores relativos do consumo privado mais próximos do padrão tipo de crescimento e mudança estrutural. Por outro lado, o investimento bruto oscilou em torno dos 30% ao longo do período, com ciclos sucessivos de crescimento e decréscimo. O Gráfico 1 mostra-nos dois momentos semelhantes nessa evolução: o período de crescimento entre 1990 e 1995, fase de privatização de grandes empresas públicas e, em consequência, de crescimento do investimento directo estrangeiro (IDE); e o período após 2003, de significativo crescimento do investimento bruto, mas agora associado aos investimentos no turismo e aos investimentos públicos em infra-estruturas. Caso se mantenha a tendência que vem de 2003, poderemos estar a observar um processo de substituição de consumo por investimento e de aceleração do crescimento económico, capazes de gerar uma boa dinâmica de desenvolvimento económico.

Gráfico 1: Evolução da estrutura da procura interna, 1986-2008



Fonte: World Bank (2010).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

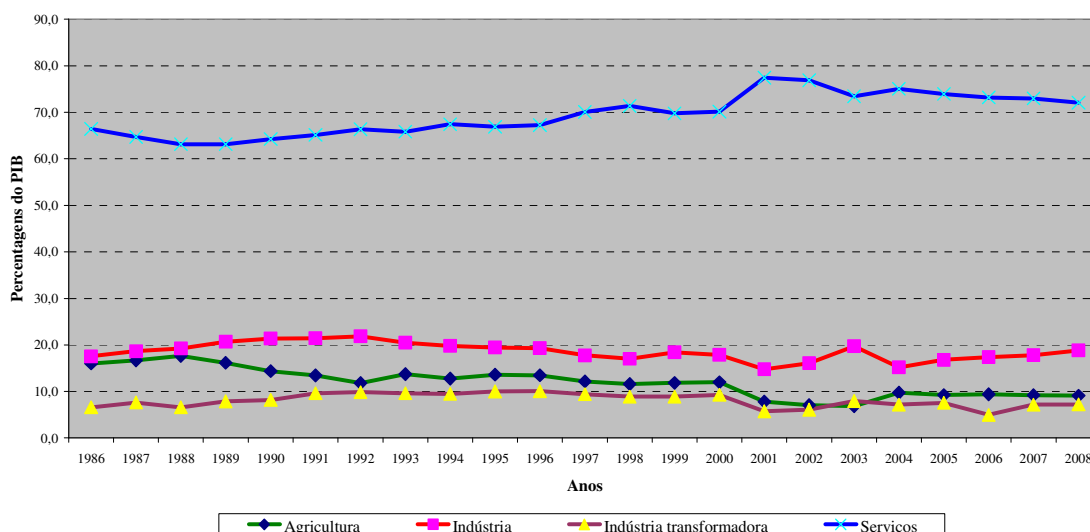
Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Do lado da oferta (estrutura sectorial da produção), a mudança estrutural fundamental no processo de desenvolvimento económico é o declínio do peso da produção agrícola na estrutura global da produção, acompanhado pela diminuição do peso do emprego agrícola e da proporção da população rural em relação à população total. Este padrão de mudança é fundamental, porque sendo a produtividade mais elevada na indústria e nos serviços, então, a transferência de recursos da agricultura para aqueles sectores constitui uma importante fonte de crescimento económico. Os estudos empíricos sobre os percursos de desenvolvimento mostram que a etapa decisiva na transição económica é a industrialização, aquela em que as taxas de crescimento são mais elevadas, porque a dinâmica da acumulação de capital e da transformação tecnológica é muito acentuada e porque as mudanças estruturais na procura interna e no comércio externo (vantagens comparativas) são mais rápidas. No entanto, a industrialização pode ser limitada por vários tipos de constrangimentos, tais como os da microdimensão, próprios das pequenas economias insulares como Cabo Verde. Neste caso, a dinâmica da mudança passa a depender da capacidade do sector terciário poder assumi-la, o que nem sempre é fácil.

Gráfico 2: Evolução da estrutura da oferta, 1986-2008



Fontes: World Bank (2010).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Observando o comportamento da economia cabo-verdiana, tal com descrito no Gráfico 2, sobressaem três aspectos: o elevado peso do sector terciário; a tendência de alargamento do hiato entre o terciário e os outros sectores, principalmente, a partir de meados da década de 1990; e a proximidade entre os pesos relativos dos sectores primário (basicamente agricultura) e secundário (actividades industriais). O terciário é claramente o principal sector de actividade da economia cabo-verdiana, com um peso médio de 69,4% do PIB durante o período de 1986-2008. Após um ligeiro declínio até 1988 (61,3% do PIB), retomou uma trajectória ascendente, muito suave até 1996 e mais rápida a partir de então, atingindo os 77,4% do PIB em 2001, mas com um ligeiro declínio desde então (72,1% em 2008). É um sector tradicionalmente dominado pelas actividades de comércio, serviços governamentais e transportes que, em média, representavam cerca de 73% do terciário até ao ano 2000, embora com uma ligeira tendência de declínio ao longo do período. Contudo, o turismo tem aumentado o seu peso no sector, passando de quase 27% em 1999 para cerca de 40% em 2004 e 60,8% em 2008. Trata-se de uma mudança recente, mas importante, porque as actividades de turismo poderão constituir um factor dinâmico capaz de incrementar a articulação com a economia mundial. Para já, o crescimento do turismo contribuiu para alargar o hiato entre o terciário e os outros sectores de actividade, como nos mostra o Gráfico 2.

Os sectores primário e secundário apresentam um comportamento relativamente divergente em relação ao terciário. O sector primário (basicamente agricultura) mostra uma tendência de declínio sustentado no tempo, caindo de valores da ordem dos 16% do PIB na década de 1980 para menos de 10% durante os anos de 2000. Ao longo dos 20 anos de período em análise, o peso da agricultura decresceu a uma taxa média anual de 2,2%, acabando por representar apenas 9,1% do PIB em 2008. O sector secundário cresceu ligeiramente até 1992 (21,9% do PIB), em consequência das políticas de substituição de importações dos dois primeiros planos de desenvolvimento, para depois decrescer até valores da ordem dos 18%, num comportamento relativamente estável (18,6% em média), mas com um declínio médio anual de 0,3%. O peso das actividades industriais continua, portanto, a ser muito baixo, sobretudo se tivermos em conta que a indústria transformadora tem uma importância reduzida e que grande parte das actividades do sector continua a ser na construção, com um peso médio de 10% do PIB durante o período de análise e um valor de 11,1% em 2008.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Do ponto de vista do comércio externo, são duas as principais modificações estruturais esperadas: por um lado, o crescimento das exportações e o progressivo estreitamento do hiato em relação às importações; e, por outro, a transformação da estrutura das exportações, com a substituição dos produtos primários por produtos da indústria transformadora e serviços. Estas duas modificações estão totalmente relacionadas com as modificações na capacidade produtiva da economia, que alteram as vantagens comparativas e modificam as necessidades de importação. Neste campo, o percurso da economia cabo-verdiana tem reproduzido a estrutura tradicional do comércio externo. O peso médio das importações no PIB foi de 53,9% no período em análise, enquanto o peso médio das exportações ficou muito mais abaixo, em 19,5% do PIB, o que corresponde a um hiato de comércio muito amplo. O relevante aqui é a estabilidade do desequilíbrio comercial, resultado de taxas de crescimento das exportações e importações praticamente iguais ao longo do período: as exportações cresceram a uma taxa média anual de 1,1% e as importações a 1,0%. Isto quer dizer que o hiato de comércio se manteve muito estável, na ordem dos 34% ao longo das duas décadas.

Esta situação do comércio externo tem sido possível devido à dimensão dos fluxos externos que o país recebe anualmente, fluxos que permitem financiar o elevado valor do défice comercial da economia cabo-verdiana. Ao longo do período, o défice correspondeu, em média, a cerca de 37% do PIB, de acordo com a discrepância entre procura e produção domésticas. Ainda que as receitas dos serviços tenham crescido na última década, o país continua muito dependente das transferências correntes para equilibrar o seu défice comercial (Gráfico 3, mais à frente). Ao longo do período, as transferências correntes líquidas representaram, em média, cerca de 29% do PIB, com destaque para as remessas dos emigrantes, com um peso médio de 15,15% do PIB e de 52,4% das transferências líquidas.

O que sobressai deste percurso da economia cabo-verdiana, é que ela tem crescido (5,6% ao ano, em média, entre 1986 e 2008), mas sem revelar capacidade para se transformar estruturalmente, de forma a melhorar as condições do próprio crescimento económico e a sustentar um círculo virtuoso de crescimento e desenvolvimento, capaz de erradicar a pobreza endémica e de elevar as condições de vida do arquipélago para um patamar superior. O que se tem verificado é um aprofundamento da terciarização da



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

economia através do crescimento de actividades de turismo, que embora seja uma oportunidade importante, também coloca novos problemas, quer de sustentabilidade ambiental, quer de uma “monocultura” do turismo.

Desigualdade económica e pobreza em Cabo Verde: uma leitura comparada

(...)

Conclusões

(...)

Referências bibliográficas

(...)